

ELEMENTOS PARA A INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- ☐ Cópia simples do documento de identificação do titular da exploração do estabelecimento, **no caso de este ser pessoa singular**, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo comercial, **no caso de ser pessoa coletiva**;
- ☐ Termo de responsabilidade, subscrito pelo titular da exploração do estabelecimento, assegurando a idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para a prestação de serviços de alojamento local e que o mesmo respeita as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- ☐ Cópia simples da caderneta predial urbana referente ao imóvel em causa, **no caso de o requerente ser proprietário do imóvel**;
- ☐ Cópia simples do contrato de arrendamento e, no caso do contrato não conste prévia autorização para a prestação de serviços de alojamento ou subarrendamento, documento autenticado contendo tal autorização do senhorio do imóvel, no caso de o requerente ser arrendatário do imóvel;
- ☐ Cópia simples da declaração de início ou alteração da atividade do titular da exploração do estabelecimento para o exercício da atividade de prestação de serviços de alojamento correspondente à **secção I**, subclasses **55201** ou **55204** da CPAE, Revisão 3, aprovada pelo DL 381/2007 de 14 novembro, apresentado junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

(Artigo 12º) - REQUISITOS GERAIS

- 1- Os **estabelecimentos de alojamento local** devem obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Apresentar adequadas condições de conservação e funcionamento das instalações e equipamentos;
 - b) Estarem ligados à rede pública de abastecimento de água ou dotados de um sistema privativo de abastecimento de água com origem devidamente controlada;
 - c) Estarem ligados à rede pública de esgotos ou com fossa séptica;
 - d) Estarem dotados de água quente e fria.
- 2- As **unidades de alojamento** dos estabelecimentos de alojamento local devem:
 - a) Ter uma janela ou sacada com comunicação direta com o exterior que assegure adequadas condições de ventilação e arejamento;
 - b) Estar dotadas de mobiliário, equipamentos e utensílios adequados;
 - c) Dispor de um sistema que permita vedar a entrada de luz exterior;
 - d) Dispor de portas equipadas com um sistema de segurança que assegure a privacidade dos utentes.
- 3 – As instalações sanitárias dos estabelecimentos devem dispor de um sistema de segurança que garanta privacidade.
- 4 – Os estabelecimentos devem reunir sempre condições de higiene e limpeza.

(Artigo 13º) - REQUISITOS DE SEGURANÇA

- 1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os estabelecimentos de alojamento local devem cumprir as regras de segurança contra riscos de incêndio, nos termos do disposto no Decreto-Lei 220/08, de 12 de Novembro e do regulamento técnico constante da Portaria nº 1532/08, de 29 de Dezembro
- 2 - O disposto no número anterior não se aplica aos estabelecimentos de alojamento local que tenham capacidade **inferior a 10 utentes**, devendo neste caso possuir:
 - a) **Extintor e manta de incêndio** acessíveis aos utilizadores;
 - b) **Equipamento de primeiros socorros** acessível aos utilizadores;
 - c) Indicação do **número nacional de emergência (112) em local visível aos utilizadores**.

(...)

Artigo 18.º - PLACA IDENTIFICATIVA (*)

- 1 - Nos estabelecimentos de alojamento local previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º (estabelecimentos de hospedagem) é obrigatória a fixação, no exterior, junto à entrada principal, de uma placa identificativa.
- 2- (...) A placa identificativa dos estabelecimentos de alojamento local é de material acrílico cristal transparente, extrudido e polido, com 10 mm de espessura, devendo observar as seguintes características:
 - a) Dimensão de 200 mm x 200 mm;
 - b) Tipo de letra Arial 200, de cor azul escura (pantone 280), devendo estas inscrições encontrar-se horizontal e verticalmente centradas;
 - c) Aplicação com a distância de 50 mm da parede, através de parafusos de aço inox em cada canto, com 8 mm de diâmetro e 60 mm de comprimento.

(Artigo 20º) - LIVRO DE RECLAMAÇÕES

- 1 – Os estabelecimentos de alojamento local devem dispor de livro de reclamações nos termos e condições estabelecidos no DL n.º 156/2005 de 15 setembro, alterado pelos DL 317/2007 de 6 novembro, 118/2009 de 19 maio, 317/2009 de 30 outubro e 242/2012 de 7 novembro.
- 2 - O original da folha de reclamação deve ser enviado à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), entidade competente para fiscalizar e instruir os processos de contra-ordenação previstos no decreto-lei referido no número anterior.

Observações:

AL
(Alojamento Local)

(*) Modelo de placa identificativa

Registado na Câmara Municipal de Santa Cruz sob o nº ____/____ em ____/____/____